

A teoria em movimento: 40 anos sem Poulantzas, seu legado e atualidade

IVONALDO LEITE*

Resumo: Considerando os quarenta anos da morte de Nicos Poulantzas, o artigo tem como objetivo apresentar um panorama do seu pensamento, detendo-se fundamentalmente em sua análise sobre o Estado. Neste sentido, realiza uma incursão em suas principais obras, enfocando principalmente o livro da sua última fase: O Estado, o Poder e o Socialismo. Também são consideradas perspectivas desenvolvidas a seu respeito. Entre outros elementos, o trabalho realça os seguintes: 1) a concepção relacional do Estado formulada por Poulantzas, superando as teses do Estado como instrumento e do Estado como sujeito – detentor de autonomia absoluta; 2) a sua apreciação crítica em relação a Foucault e Deleuze, no tocante à discussão sobre o poder; 3) o seu questionamento a Gramsci, no que se refere à distinção entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos; 4) a atual abordagem sobre o Estado desenvolvida a partir de Poulantzas, por Bob Jessop, sob a denominação de ‘enfoque estratégico-relacional’.

Palavras-chave: Poulantzas; Estado; poder; democracia.

Theory in movement: 40 years without Poulantzas, his legacy and contemporary validity

Abstract: Considering the forty years since the death of Nicos Poulantzas, the article aims to present an overview of his thinking, focusing mainly on his analysis of the State. In this sense, he makes an incursion into his main works, and focuses mostly on the book of his last phase: State, Power and Socialism. Perspectives developed about him are also considered. Among other elements, the work highlights the following: 1) the relational conception of the State formulated by Poulantzas, overcoming the theses of the State as an instrument and the State as a subject (holder of absolute autonomy); 2) his critical appreciation about Foucault and Deleuze, regarding the discussion of power that they develop; 3) his criticism of the distinction made by Gramsci between repressive and ideological apparatus; 4) the current approach to the State developed from Poulantzas, by Bob Jessop, under the name of 'strategic-relational approach'.

Key words: Poulantzas; State; power; democracy.



* **IVONALDO LEITE** é Doutor em Ciências da Educação/Sociologia da Educação; professor na Universidade Federal da Paraíba UFPB).



Nicos Poulantzas (1936-1979)

Introdução

O ano de 2019 marcou as quatro décadas da enigmática morte de Nicos Poulantzas. Conhecido como um intelectual do “diálogo na pluralidade”, conforme atesta Löwy (2015), Poulantzas nasceu na Grécia, mas, radicado em França, foi em Paris que alcançou notoriedade com trabalhos construídos com imponência teórica.

Em princípio estudou Direito, tendo ingressado na Universidade de Atenas em 1953 e se formado em 1957. Embora se tenha inscrito na Associação dos Advogados de Atenas, nunca chegou a exercer a profissão de advogado. Mudou-se para a Alemanha, e continuou a estudar Direito. Em seguida, transferiu-se para a França, onde preparou a sua dissertação de mestrado e a tese de doutoramento intitulada “Natureza das Coisas e Direito: Um Ensaio sobre a Dialética do Fato e do Valor”. Nesse seu período inicial em França, ele esteve sob a influência do círculo intelectual

vinculado à revista *Les Temps Modernes*, conduzida, entre outros, por Jean-Paul Sartre. Também esteve sob a inspiração de Lukács e Lucien Goldmann.

Lecionou na Universidade de Paris 8 – Vincennes, e assumindo uma perspectiva distinta da dos seus primeiros anos em Paris, ao adotar um enfoque de análise concreto-estrutural, levou a cabo a construção de uma obra analiticamente consistente. Por exemplo: em “Poder político e classes sociais” (1968), estabeleceu pontes entre o marxismo e as diversas correntes da teoria política; em “Fascismo e ditaduras” (1971), acertou contas com a análise do fascismo e a herança dogmática da III Internacional; em *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1974), procurou realçar as modificações na estrutura de classes; em “Estado, o poder e o socialismo” (1978), trabalho da sua última fase e também o último que produziu, Poulantzas intensificou os esforços no sentido de, por um lado, levar adiante o projeto intelectual que se atribuiu, ou

seja, construir uma teoria do Estado que superasse a lacuna que ele entendia existir no marxismo clássico a esse respeito. Por outro lado, tanto dialogou criticamente com Foucault – a propósito do poder – como tratou da articulação entre democracia representativa e democracia direta. De resto, produziu um amplo conjunto de artigos e de análises mais conjunturais, como o trabalho “A crise das ditaduras: Portugal, Espanha e Grécia” (1975).

Em 3 de outubro de 1979, aos 43 anos, cometeu suicídio, lançando-se do vigésimo-segundo andar de um prédio no 13^o *arrondissement*¹ na capital francesa. As razões do fato são desconhecidas. Poulantzas estava em plena atividade intelectual, ademais, como afirma Michael Löwy, que foi seu assistente na Universidade de Vincennes, tratava-se de alguém que não demonstrava sinais suicidas, e era uma pessoa calorosa.

Um carácter mediterrâneo, como nós imaginamos ser os gregos. Ele tinha bastante humor, estava sempre a caminho de brincadeiras. Ele era generoso, em particular com os estudantes, com os quais era muito popular. Nicos Poulantzas era o contrário de um sectário, ele era alegre! Seu suicídio em 1979 pode dar a impressão retrospectiva que ele tinha um carácter sombrio, mas esse não era o caso. (LÖWY, 2015, p. 1)

Com um percurso teórico diverso, Poulantzas pode ser referido, do ponto de vista intelectual, como um “pensador do tempo fora dos eixos”. Por quê? Ora, ele teve a ousadia de assumir que a teoria possui desvios não acompanháveis pela prática. Ao dizer assim, fazendo uma desvinculação entre

instâncias de correspondência da teoria do conhecimento, fundou um novo modo, no marxismo, de abordagem da realidade social, levando-o a se desviar da sempre presente imposição empírica. Colocou então o tempo fora dos eixos, com laços de intempestiva genialidade.

O Estado e o poder

Dos temas tratados por Poulantzas, a abordagem sobre o Estado provavelmente seja uma dos que mais recebeu a sua atenção, sendo um tema que estava fortemente posto na agenda de debates em sua época, assim como continua hoje, pois a sua perspectiva tem alimentado novos enfoques. Ele sustenta que o Estado capitalista não deve ser considerado como uma entidade intrínseca – como também o capital -, mas como uma relação, mais exatamente uma condensação de uma relação de forças entre classes e fracções de classes, tal como elas se expressam, sempre de modo específico (separação relativa do Estado e da economia dando lugar às instituições próprias do Estado capitalista), no interior mesmo do Estado (POULANTZAS, 1976).

Isso implica em superar, na sua perspectiva, os impasses do pseudodilema na discussão sobre o Estado, manifestado entre o que ele chama o Estado concebido como Coisa-instrumento e o Estado concebido como Sujeito (POULANTZAS, 1976). O Estado como Coisa-instrumento é descrito como representado pela concepção instrumentalista segundo a qual ele é totalmente manipulado por uma única fracção, sem que tenha nenhuma autonomia. Quanto ao Estado como Sujeito, a sua autonomia é vista como absoluta, sendo reportada à sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil. Trata-se da concepção que remonta a Hegel,

¹ Bairro de Paris que fica à margem esquerda do rio Sena.

retomada por Weber e pela corrente institucionalista-funcionalista – que tem forte presença na sociologia tradicional –, a qual remete essa autonomia ao poder próprio que se julga que o Estado detém mediante os seus portadores, como a burocracia e as elites políticas.

Para Poulantzas, nesses dois casos (o Estado como Coisa e o Estado como Sujeito), a relação entre Estado-classes sociais e, em particular, entre Estado-classes e frações dominantes é percebida como uma relação de exterioridade. Isto é, ou as classes dirigentes submetem o Estado (Coisa) por um jogo de “influências” e de “grupos de pressão”, ou o Estado (Sujeito) submete as classes dirigentes. Segundo ele, nesta relação de exterioridade, o Estado e as classes dirigentes são consideradas como duas entidades intrínsecas “confrontadas” uma à outra, uma diante da outra, e das quais uma possuiria o tanto de poder que a outra não teria, conforme uma percepção “mainstream” do poder como quantidade dada numa sociedade, quer dizer, a concepção do poder “soma-zero”. Em síntese: ou o Estado é esvaziado do seu poder (o Estado-Coisa) ou o Estado “resiste” aos interesses dominantes retirando-lhes poder em seu próprio proveito – o Estado-Sujeito, dotado de uma independência absoluta entre as classes e grupos sociais (visão esta frequente em *determinadas* posições socialdemocratas tradicionais no século passado).

A *démarche* poulantziana contrapõe outra concepção: o Estado é uma relação, com isto significando que a sua autonomia relativa e o seu papel no estabelecimento dos interesses do setor dirigente, sob a hegemonia de uma fração (como o capital monopolista), não podem ser reportados ao seu

próprio poder ou à sua vontade racionalizante. Tal fato deve ser considerado como resultado das contradições e disputas entre classes e grupos inscritas na estrutura mesma do Estado (o que demonstraria que ele é decorrência de uma relação entre segmentos diversos). Dessa forma, entender o Estado como a condensação de uma relação de força entre classes e frações de classe, tal como elas se expressam de maneira específica no interior do Estado, significa assumir que o Estado é constituído e transpassado, de todos os lados, por contradições entre grupos, classes e movimentos de pressão (POULANTZAS, 1976). O nosso autor é direto a este respeito: “isso significa que uma instituição, o Estado, destinada a reproduzir as divisões de classe não é, e jamais pode ser, como a consideram as concepções do Estado-Coisa e do Estado-Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, mas é ele mesmo, por sua própria estrutura, dividido” (POULANTZAS, 1984, p. 70).

Ele entende que as contradições de classe, e muito particularmente aquelas entre frações do bloco no poder, revestem precisamente a forma de contradições internas entre os diversos ramos e aparatos do Estado, e no interior de cada um deles, na medida em que cada um deles (ou cada segmento de cada um), com frequência, constitui a sede e o representante privilegiado de tal ou qual fração do bloco no poder. Isto é, verifica-se assim a cristalização-concentração de tal ou qual interesse particular: executivo e parlamento, forças armadas, magistratura, diversos ministérios, aparelhos regionais-municipais e aparelho central, etc.

Com efeito, Poulantzas, por um lado, apontou uma série de problemas que estavam a emergir em torno do Estado

(acentuados atualmente), e, por outro lado, dialogou criticamente com teóricos marxistas e com os chamados “filósofos da diferença”, nomeadamente Foucault, Deleuze e Guattari. No primeiro caso, em síntese, ele realçava o seguinte: 1) a natureza da crise política e econômica do Estado; 2) os problemas estruturais do capitalismo; 3) a crise do Estado nos países do “capitalismo avançado”, traduzindo-se na incapacidade estatal de fazer a gestão da mesma (“crisis of the crisis-management”); 4) o surgimento do neoliberalismo num contexto de mutação das funções do Estado keynesiano.

No segundo caso, começo por colocar em realce as suas considerações críticas em relação a Gramsci, no tocante a distinção entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos. Para Poulantzas, essa diferenciação suscita profundas reservas, assinalando então que ela só pode ser retida a título puramente descritivo e indicativo. Se tal concepção, entende ele, tem o mérito simultâneo de ampliar o espaço do Estado às instituições ideológicas e de valorizar o seu papel no seio das relações de produção, isso não impede, no entanto, que ela funcione de modo restritivo. Ele ressalta a presença dessa concepção também em Althusser, observando que a referida perspectiva repousa no pressuposto de um Estado que só agiria, só funcionaria, pela repressão e inculcação ideológica, supondo que a sua eficácia reside naquilo que ele proíbe ou então naquilo que ele engana e mente (POULANTZAS, 1978).

Acrescentava mais a respeito da mencionada diferenciação. Segundo os apontamentos poulantzianos, ela considera o econômico como instância autorreprodutível e autorreguladora em

que o Estado serve apenas para colocar as regras negativas do “jogo” econômico; o poder político não está presente na economia, ele só poderia enquadrá-la; ele não poderia empenhar-se nela por uma positividade própria, pois o mesmo só existiria para impedir (pela repressão e ideologia) intervenções perturbadoras. Esta é, arremata Poulantzas, uma antiga imagem jurídicista do Estado, própria da filosofia jurídico-política dos primórdios do Estado burguês e que jamais correspondeu à sua realidade.

Em sua última fase (a terceira, como geralmente se aponta), ele avaliou também que Gramsci não inaugura uma perspectiva de reflexão completamente nova sobre o Estado. Disse que certamente o teórico italiano coloca em evidência um conjunto de questões relevantes, como o alargamento da esfera estatal e as particularidades da sociedade civil, mas continua concebendo o Estado como um bloco mais ou menos monolítico. Dessa forma, apontou a ausência de uma teoria positiva do poder em Gramsci, afirmando que ele não seria de muita ajuda quanto ao desafio inédito de tratar desse tema de forma alternativa (POULANTZAS, 1979).

Em relação aos chamados “filósofos da diferença”, Poulantzas provavelmente dialogue mais convergentemente com Foucault, mas, seja como for, manifestando acentuadas críticas a posições por eles assumidas. Ele é direto: Foucault (e também Deleuze) dispersou o poder numa capilaridade de micropoderes moleculares, subestimando consideravelmente a diferença hierárquica entre os níveis de poderes, o papel do direito na materialização do poder e desconsiderando que as relações de poder não podem prescindir de aparatos,

e instituições específicas, que as materializam e as reproduzem. Todo o poder, e não só o poder de classe, existe materializado em aparatos (por exemplo, o matrimônio, a família). Assim, contra toda a concepção relativista do poder, assevera que “o Estado tem um papel constitutivo não só nas relações de produção e nos poderes que estas relações materializam, mas também no conjunto das relações de poder a todos os níveis” (POULANTZAS, 1978, p. 50).

Posto isto, Poulantzas (1978) contesta teses centrais dos referidos teóricos. Por exemplo, enfatiza que:

- 1) As relações de poder não estão, como sustentam Foucault e Deleuze, em posição de exterioridade face a outros tipos de relações, como acontece com os processos econômicos. O processo econômico é marcado pelo conflito entre grupos e classes, logo também relações de poder (e não apenas de poder econômico).
- 2) Diferente do que afirmam Foucault e Deleuze, na tradição marxista o poder não se reduz, de modo algum, ao Estado. As relações de poder, como é o caso para a divisão social do trabalho, ultrapassam de longe o Estado.
- 3) Foucault e Deleuze operam com uma concepção estreita do Estado, limitando-o ao seu núcleo público (exército, polícia, prisão, tribunais, etc.), ignorando então que o conjunto dos aparelhos de hegemonia, mesmo juridicamente privados, faz parte do Estado.

Conforme Poulantzas, esse terceiro equívoco de Foucault e Deleuze está na origem do enviesamento de uma das

suas principais teses – e que tanto lhes deu projeção –, isto é, apresentar hospitais e asilos como instituições fora do Estado para dizer que o poder se manifesta exteriormente à esfera estatal. Ora, enfatiza ele, essas instituições não estão fora do Estado, são tanto mais lugares de poder por estarem incluídos no seu campo estratégico (do Estado).

Ressaltando isso, o enfoque poulantziano repõe a análise sobre a relação entre corpo e poder, um dos principais temas tratados por Foucault, em bases diferentes das consideradas pelo autor de “Microfísica do Poder”. Nesse sentido, ele assinala que um dos aspectos essenciais do poder, a condição de sua instauração e de sua manutenção, é sempre a coerção dos corpos, mas também a ameaça aos corpos, a ameaça de morte. Assim, compreende que o corpo não é mera naturalidade biológica, mas uma instituição política: as relações do Estado-poder com o corpo são diversamente mais complicadas e extensas que as da repressão. O que não impede que o Estado sempre permaneça ancorado também na sua ação constrangedora sobre os corpos através dos meios físicos, da manipulação e de atos que podem devorá-los. Isso, afirma ele, ocorre mediante uma dupla operacionalização: pelas instituições que atualizam o constrangimento corporal e a permanente ameaça de manipulação (prisão, exército, polícia, etc.) e pela instauração, por parte do Estado, de uma ordem corporal que, ao mesmo tempo, institui e gera os corpos, vergando-os, moldando-os e encerrando-os nas instituições e seus aparelhos.

Desse modo, o Estado é extensível, em sua materialidade, a um desbastamento, a uma conformação e a um consumo dos corpos dos sujeitos, em poucas

palavras, à sua encarnação na própria corporeidade dos sujeitos-objetos da violência estatal. Para Poulantzas, se não se pode falar de uma mortificação corporal por parte do Estado que remeteria à imagem de um primeiro corpo, naturalmente livre e, depois, politicamente desviado, porquanto só existe corpo político, persiste, contudo, que se trata sempre, nessa ordem corporal, de adestramento e arregimentação efetivos dos corpos que operam por dispositivos físicos apropriados.

Para Poulantzas, Foucault não tem em conta tal abordagem porque, não obstante a sua contribuição, ele opera com um marco referencial de poder que seria prévio a cada campo particular que o concretize, constituindo um diagrama (panóptico), uma máquina imanente abstrata a cada campo específico. E que não teria relação com condicionantes do contexto econômico, ignorando (surpreendentemente) que este institui a especificidade do poder moderno. Conforme o realce poulantziano, não se deve atribuir muita importância a esse aspecto do pensamento de Foucault, pois é fácil arguir que esses diagramas ou máquinas (quais as suas origens?, questiona) são meras abstrações, representações sem referências de fundamentos, não sendo o suposto diagrama outra coisa que a antiga homologia estrutural do estruturalismo. De outra parte, poder-se-ia ainda dizer que, neste caso, Foucault se limita a análises puramente descritivas e, amiúde, cai em um funcionalismo que retoma os pressupostos do funcionalismo tradicional.

Teoria em movimento: abordagens atuais sobre o Estado a partir do legado poulantziano

Contemporaneamente, diversas abordagens têm sido desenvolvidas sobre o Estado, referentes às suas antigas e novas configurações, a partir do legado de Poulantzas. Nesse sentido, provavelmente o britânico Bob Jessop seja um dos acadêmicos mais destacados. A título de exemplificação, coloco em evidência aqui, em forma de síntese, aspectos básicos do que ele desenvolve sob a denominação de enfoque estratégico-relacional acerca do Estado, tendo em conta a designação deste como relação social, conforme a formulou Poulantzas.

Conforme Jessop (2017), para que se entenda as especificidades do Estado, há que se ter em atenção quatro elementos, quais sejam: 1) o aparato estatal com poder coercitivo, administrativo e simbólico; 2) a sua atuação em um território concreto delimitado num período de tempo contínuo; 3) a sua população; 4) os imaginários e discursos políticos estatais. No marco deste último elemento, estão as narrativas em torno dos interesses comuns ou coletivos da comunidade imaginada, situada no território sobre o qual o Estado atua.

Esse enfoque consubstancia um dispositivo analítico para “captar não só o aparato estatal, mas também o exercício e os efeitos do poder estatal como expressão contingente de um equilíbrio de forças em mudança que buscam avançar em seus respectivos interesses dentro, através e contra o sistema estatal” (JESSOP, 2017, p. 99). Nos termos dessa concepção, é possível delinear três premissas que podem estruturar um encadeamento dotado de inteligibilidade no debate e na ação, por

parte dos atores sociais, no sentido de elaborar e instituir políticas públicas.

A primeira premissa é que o sistema estatal é o território da estratégia. Ele pode ser analisado como um sistema de seletividade estratégica, isto é, como um sistema cuja estrutura e *modus operandi* são mais acessíveis a certos tipos de estratégia política do que a outros. “Assim, um certo tipo de Estado, uma certa forma de Estado, uma certa forma de regime, será mais acessível a algumas forças do que a outras, dependendo das estratégias adotadas para obter o poder do Estado” (JESSOP, 2014, p. 34). A noção de seletividade estratégica é mais frutífera que a seletividade estrutural, pois coloca maior ênfase no caráter relacional característico da interação social. Além disso, de acordo com esse entendimento, o impacto diferencial do sistema estatal na capacidade do conjunto das distintas forças de “perseguir seus interesses a partir de estratégias diferentes, em um determinado horizonte de tempo, não está inscrito no sistema estatal como tal, mas na relação entre estruturas estatais e as estratégias que diferentes forças adotam em relação a essa [a relação]” (IBIDEM, p. 34).

A segunda premissa corresponde ao fato de o Estado ser também o local onde as estratégias são desenvolvidas. Ou seja, o Estado é o lugar de lutas e contradições de segmentos, grupos sociais e classes, bem como o local de lutas e rivalidades entre seus diferentes ramos. Nesse quadro, ressalta Jessop (IBIDEM, p. 43),

O papel dos gestores de Estado (políticos e funcionários de carreira) é crucial para entender como uma unidade relativa é imposta às várias (in)atividades do Estado e como essas atividades

adquirem autonomia relativa em relação às pressões conflitantes que emanam da sociedade civil. Portanto, devemos examinar as diferentes estratégias e táticas que os gestores estatais desenvolvem para impor uma medida de coerência nas atividades do Estado.

Conseqüentemente, Jessop reitera Poulantzas: o Estado não possui uma unidade institucional e/ou determinação monolítica ditada por um único segmento social, que impõe absolutamente os seus propósitos.

A última premissa considera que a estrutura e o *modus operandi* do sistema estatal podem ser entendidos em termos de sua produção e por meio das estratégias de lutas políticas que se desenvolvem ao longo da história. Portanto, uma ordem institucional deve ser vista como o produto de uma pluralidade de variáveis, como, por exemplo, as estratégias adotadas em um determinado contexto, os fatores que – do ponto de vista das relações de poder – condicionam as ações dos atores e o equilíbrio das forças em disputa. Como enfatiza Jessop (2014), sem levar isso em conta, seria impossível distinguir adequadamente entre as estratégias arbitrárias, racionalistas e voluntaristas e as que têm alguma chance de se tornar orgânicas.

À guisa de conclusão

Poulantzas foi um teórico inquieto, de uma análise incontida, sem fazer concessões a cânones e buscando, com rigor científico e disciplina intelectual, problematizar os fenômenos para – no movimento entre a tese, a antítese e a síntese – abrir caminhos para agir sobre a realidade. Antes de se encontrar com o que era então inimaginável e que, ainda hoje, se mantém envolto em um “mistério indecifrável”, ele estava a delinear uma agenda de investigação

cujos temas são de marcante atualidade (como também o é a discussão em torno do Estado e do poder, conforme os enfocou)². Foi assim que, em suas últimas posições públicas, Poulantzas colocou em realce teses que pretendia desenvolver (POULANTZAS, 1979; BUCI-GLUCKSMANN, 1983). Eis algumas delas: 1) é preciso considerar que podem existir espaços de liberdade para novos projetos coletivos, para a expressão de novas subjetividades que escapam à política ou até mesmo a certos limites da política; 2) os partidos políticos estão em crise, e é uma crise sociológica profunda, que requer revisões muito além da mera engenharia política; 3) há um imenso trabalho a ser feito para a elaboração de uma teoria democrática no quadro de transformação da sociedade atual; 4) as mudanças políticas futuras dependerão da articulação entre democracia direta e democracia representativa.

Estas e outras indicações, expressas por Poulantzas pouco tempo antes de seu suicídio, demarcavam os rumos dos seus trabalhos que estavam por vir. Trabalhos cuja leitura, infelizmente, não nos é possível fazer.

Referências

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **La gauche, le pouvoir, le socialisme**: Hommage à Nicos Poulantzas. Paris: PUF, 1983.

DUCANGE, Jean-Numa e KEUCHEYAN, Razmig (orgs.). **La Fin de l'État démocratique, Nicos Poulantzas, un marxisme pour le XXIe siècle**. Paris: PUF, 2016.

² A propósito da atualidade de Poulantzas, um colóquio internacional foi realizado na Universidade de Paris-Sorbonne em 2015, com o objetivo de analisar a sua obra no século XXI. Daí resultou o livro 'La Fin de l'État démocratique, Nicos Poulantzas, un marxisme pour le XXIe siècle'. Ver Ducange e Keucheyan (2016).

JESSOP, Bob. **El Estado: pasado, presente y futuro**. Madrid: Catarata, 2017.

_____. **Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy**. London: Macmillan, 1985

_____. On originality, legacy, and actuality of Nicos Poulantzas, in *Studies in Political Economy*, 34, Spring 1991.

_____. Pouvoir et stratégies chez Poulantzas et Foucault, in *Actuel Marx*, 2, n° 36, 2004, p. 89-107.

LÖWY, Michel. The Nicos Poulantzas I knew, in *Verso*, 07 de março de 2015. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/1908-michael-lowy-the-nicos-poulantzas-i-knew>>. Acesso em: 29 /01 /2019.

POULANTZAS, Nicos. Entrevista [em italiano], in *Rinascita*, n° 39, 12/10/1979. Disponível em inglês [versão consultada] em <<https://legalform.blog/2017/12/07/the-loss-of-nicos-poulantzas-the-elusive-answer-a-translation-by-rafael-khachaturian/>>. Acesso em: 29 /01 /2019.

_____. **Fascisme et dictature**. Paris: Maspéro, 1970.

_____. **L'État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: PUF, 1978.

_____. **La crise des dictatures**: Portugal, Grece, Espagne. Paris: Maspéro, 1975.

_____. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd' hui**. Paris: Seuil, 1974.

_____. **Nature des choses et droit**: Essai sur la dialectique du fait et de la valeur. Paris: L.G.D.J., 1965.

_____. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: Maspéro, 1968.

_____. Problèmes atueles de la recherche marxiste sur l'État», in *Dialectiques* (13), Primavera de 1976, p. 30-43.

_____. **Rèperes, hier et aujourd'hui**: textes sur l'État. Paris: Maspéro, 1980.

_____. **Sociologia**. Org. Paulo Silveira. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais).

Recebido em 2020-02-03
Publicado em 2020-07-21